

TERMO DE REFERÊNCIA - RETIFICADO

ÓRGÃO INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

UNIDADE REQUISITANTE: DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de agência de publicidade e propaganda para a prestação de serviços técnicos de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de campanhas institucionais e publicitárias do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Mandirituba, aos veículos de comunicação e divulgação e demais meios de comunicação e divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas, ou de informar o público em geral.

Também integram o objeto, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes à produção e à execução técnica das peças e ou materiais criados pela agência a ser contratada.

Os serviços aqui descritos terão caráter informativo, educativo e de orientação social, mediante veiculação em jornais, revistas, emissoras de rádio e outros meios de comunicação, de conformidade com o disposto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, sendo vedado o custeio de publicidade que, direta ou indiretamente, caracterize promoção pessoal de servidores públicos ou agentes políticos.

Questões relacionadas aos direitos autorais

Fica estabelecido:

- a) Todas as peças, campanhas e materiais produzidos em decorrência do contrato terão cessão total e definitiva dos direitos patrimoniais de uso à Prefeitura de Mandirituba, podendo ser utilizados direta ou indiretamente, com ou sem modificações, durante a vigência do contrato e por tempo indeterminado, sem qualquer ônus adicional.
- b) A agência contratada será responsável por assegurar que todos os terceiros envolvidos (freelancers, fornecedores, artistas, músicos, etc.) cedam à Prefeitura os direitos patrimoniais de uso

das peças e materiais produzidos, seja por cessão total e definitiva ou por tempo determinado, conforme necessidade da Prefeitura.

c) Para materiais como reportagens, documentários ou tomadas de imagens que não envolvam direitos de terceiros, a agência deverá entregar à Prefeitura cópias digitais e físicas do material bruto, com cessão dos direitos patrimoniais, já incluída no custo da produção.

d) A campanha publicitária da proposta vencedora poderá ser produzida e distribuída, com ou sem modificações, a critério da Prefeitura, durante a vigência do contrato ou posteriormente, sem limite de prazo para utilização das peças.

e) Os direitos patrimoniais relativos às peças e campanhas produzidas serão cedidos à Administração para utilização no âmbito das finalidades institucionais da contratação, podendo ser utilizados durante e após a vigência contratual, conforme previsto em instrumento contratual específico, nos termos da Lei nº 9.610/1998.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Integra tanto o processo democrático quanto o de transparência tornar públicas as informações oficiais do Poder Executivo. A Constituição Federal, conforme disposto no §1º do artigo 37, traz o princípio constitucional da publicidade, que garante o direito da população e o dever da administração pública em divulgar os atos praticados pelos órgãos, com o intuito de fortalecer a cidadania por meio da abrangência de informações e conhecimento aos cidadãos sobre a efetividade das atividades legislativas.

Sendo de responsabilidade do Departamento de Comunicação do Município de Mandirituba, planejar, mediar, executar e acompanhar os resultados das informações institucionais, utilizando-se de orçamento específico para esse fim, com eficiência e conhecimento na área.

A publicidade das campanhas institucionais, programas e serviços tem caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, parlamentares ou servidores públicos. Ela deve estar vinculada a objetivos sociais e de interesse público, exclusivamente.

Diante disso, para desempenhar esse papel da forma eficaz, transparente e justa, o Departamento de Comunicação necessita aliar as competências da equipe interna à expertise de agências de publicidade e propaganda contratadas por meio de processo licitatório. É evidente que



a expertise das agências de publicidade acrescenta significativamente aos conhecimentos técnicos dos servidores públicos, visto que são profissionais qualificados e com instrumentos direcionados para ofertar as melhores soluções publicitárias a cada necessidade apresentada pelo Departamento.

3. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

As normas gerais que respaldam os serviços de publicidade balizam a execução contratual prestada por intermédio de agência de publicidade, com a seguinte redação:

Considera-se serviços de publicidade o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral.

Assim sendo, na contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços técnicos de publicidade e conteúdos institucionais considera-se:

- a) estudo e planejamento, conceituação e criação de peças publicitárias, campanhas e conteúdos institucionais da Prefeitura Municipal (meios *online* e *offline*);
- b) intermediação e supervisão de execução de produção;
- c) distribuição de campanhas institucionais e publicitárias do Poder Executivo de Mandirituba aos veículos de comunicação e demais meios de divulgação;
- d) planejamento, criação, programação e manutenção de páginas eletrônicas da administração pública, criação de conteúdo para as redes sociais e à otimização de páginas e canais digitais para mecanismos de buscas;
- e) infográficos, painéis interativos para conteúdo institucional.

Tais atividades serão executadas como desdobramento das campanhas publicitárias institucionais, não configurando prestação autônoma de serviço contínuo de comunicação institucional

Ainda, à luz da lei, integram as seguintes possibilidades de atividades complementares os serviços especializados pertinentes:

I – Planejamento e execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, público-alvo, novos meios de divulgação ou sobre os resultados das campanhas realizadas a fim de aferir a eficácia do desenvolvimento estratégico de divulgação.

II - Criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

As peças e materiais publicitários institucionais planejados e criados mediante *briefing* e Ordem de Serviço, conforme descrito em Edital, poderão ser veiculados na imprensa por meio de: jornais, boletins informativos, revistas, canais de tvs e audiovisual, emissoras de rádios, *podcast*, portais de notícias, *blogs*, mídias sociais e demais meios de divulgação. Ainda, há conteúdos de produção *online* e *offline* que contemplam diretamente as plataformas do executivo.

4. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para habilitação na licitação deverá ser exigida das licitantes interessadas a documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e declarações pertinentes, as quais serão especificadas em edital.

Habilitação jurídica

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) **Prova de inscrição** no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) **Prova de regularidade** com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) **Prova da inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- f) **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- i) A prova da inscrição a que se refere o item “e” será suprida com a apresentação das certidões a que se referem os itens “f” e “g”, respectivamente, se estas contiverem o número de inscrição da licitante.

Qualificação Econômico-Financeira

- a) Não será exigida a apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, tendo em vista a mesma ser desnecessária no presente certame licitatório para fins de habilitação econômico-financeira e comprovação de aptidão econômico-financeira do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato.
- b) **Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de **balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício, notas explicativas e demais demonstrações contábeis** dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

- c) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

- d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- e) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- f) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Justificativa para solicitação dos índices: O objetivo é garantir que a agência tenha saúde financeira para assumir o contrato sem riscos de quebra durante a execução, assegurando que, caso ganhe, conseguirá pagar fornecedores (veículos de comunicação, produtoras) e honrar as obrigações trabalhistas.

Qualificação Técnica

Declaração(ões), expedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que ateste(m) que a licitante prestou à(s) declarante(s) serviços compatíveis com os do objeto desta Concorrência, representados, **no mínimo, pelas atividades descritas no item do objeto;**

Certificado de qualificação técnica de funcionamento, emitido pelo CENP - Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário legalmente reconhecida como fiscalizadora e certificadora das condições técnicas de agências de propaganda, conforme art 4º da Lei 12.232/2010.

O certificado de qualificação técnica de funcionamento emitido para a matriz da agência valerá para a filial;

Das Declarações

- a) Deverão ser apresentados ainda, **Declaração Unificada** da Licitante, subscrita por seu representante legal, sob as penas da lei.

Da Comprovação de Enquadramento de Microempresa/ EPP/ Microempreendedor Individual

- a) Para comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual, o licitante que usufruir do referido benefício deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de

microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, conforme parágrafo único do art. 115 do Decreto Municipal n.º 1216/2023.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O custeio para a execução dos serviços objeto da presente Licitação é proveniente de recursos do orçamento municipal, oriundos das seguintes dotações orçamentárias:

Cód.	Elemento de despesa	Fonte	Valor
451	3.3.90.39	0000	50.000,00
460	3.3.90.39	0000	20.000,00
29	3.3.90.39	510	80.000,00
45	3.3.90.39	510	20.000,00
114	3.3.90.39	303	130.000,00
171	3.3.90.39	103	130.000,00
318	3.3.90.39	0000	20.000,00
339	3.3.90.39	0000	50.000,00
362	3.3.90.39	0000	30.000,00
377	3.3.90.39	0000	20.000,00
405	3.3.90.39	0000	30.000,00
432	3.3.90.39	0000	20.000,00

6. DOS VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS PARA CONTRATAÇÃO:

O valor máximo para a contratação o montante anual de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). O presente valor é estimativo, e poderá ou não ser executado, de acordo com as necessidades, não podendo ser exigido como pagamento pela Contratada.

ITE M	UND	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO	Agência de publicidade e propaganda para a prestação de serviços técnicos de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades	1	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00



		realizadas integralmente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de campanhas institucionais e publicitárias do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Mandirituba, aos veículos de comunicação e divulgação e demais meios de comunicação e divulgação. Também integram o objeto, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes à produção e à execução técnica das peças e ou materiais criados pela agência.			
--	--	--	--	--	--

7. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, de acordo com o art. 107 da Lei 14.133/2021.

8. MODALIDADE DA LICITAÇÃO:

CONCORRÊNCIA presencial, cujo critério de julgamento será o de “técnica e preço”.

1. Justifica-se a realização da licitação no formato presencial em virtude de possuir rito específico regido pela Lei nº 12.232/2010, que prevê a entrega física das propostas técnicas. Ao todo serão 5 (cinco) envelopes por licitante, sendo que, o primeiro deles, uma via do Plano de Comunicação, não poderá conter qualquer identificação de sua autoria, e deverá, tal envelope, ser padronizado e fornecido pela Prefeitura Municipal aos licitantes interessados. Tal envelope será analisado por todos os licitantes presentes à sessão com o intuito de salvaguardar seu caráter apócrifo.

Quanto aos demais envelopes, os mesmos serão protocolados e, na sessão de abertura da licitação, rubricados por todos os concorrentes. Além disso, o julgamento do Plano de Comunicação será realizado por uma Subcomissão Técnica, conforme previsão legal.

8.1.1 As sessões públicas realizadas no âmbito da presente Concorrência Presencial serão realizadas e registradas em ata e gravadas em áudio e vídeo, segundo exigência do § 2º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, ficando o vídeo disponível para acesso a qualquer pessoa interessada em assisti-lo nas dependências da Prefeitura Municipal de Mandirituba

9. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

A gestão do contrato será de responsabilidade do servidor **DIEGO VITORIO CARVALHO**, matrícula 4543, no cargo de **Secretário Municipal de Governo**, e a execução e fiscalização do contrato serão de responsabilidade das servidoras Leticia Almeida Branco, portadora do CPF nº 088.***.*** - 09, matrícula 4450, e Cristiane Mohr, CPF nº 923.***.*** - 53, matrícula 4522, lotados no Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Mandirituba.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), que deverá(ão) ser entregue(s) à Contratante entre o 1º e o 5º dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, de acordo com a demanda efetivamente executada, **OBSERVADO o disposto em Edital.**

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite das Notas Fiscais/Faturas, ficando sua liberação vinculada à comprovação, do seguinte:

a) Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal** que deverá ser comprovada através da apresentação de certidão “negativa” ou “positiva com efeitos de negativa” expedida **conjuntamente** pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, da contratada e dos subcontratados;

b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos a Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, da contratada e dos subcontratados;

c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de certidão “negativa” ou “positiva com efeitos de negativa” de débitos relativos a Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, da contratada e dos subcontratados;

d) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS** - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, da contratada e dos subcontratados;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão “negativa” ou “positiva com efeitos de negativa” de **Débitos Trabalhistas** (CNDT), nos termos do art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, da contratada e dos subcontratados;

A responsabilidade pela averiguação e comprovação da regularidade fiscal da empresa subcontratada compete, exclusivamente, à CONTRATADA.

A CONTRATANTE NÃO EFETUARÁ PAGAMENTO referente a serviços de terceiros (subcontratadas), cujas certidões supra mencionadas NÃO ESTEJAM, comprovadamente **REGULARES QUANDO DE SUA CONTRATAÇÃO** (todas as certidões deverão ser juntadas ao processo de pagamento).

O pagamento será realizado em favor da CONTRATADA, através de ordem bancária contra qualquer banco indicado na proposta, devendo, para isso, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito, o qual ocorrerá dentro

de até 10 (dez) dias após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas pelo Departamento de Comunicação.

11. GARANTIA DO CONTRATO

Será exigido garantia contratual nos termos do Art. 96 e 98 da Lei 14.133/2021, disciplinadas em edital.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Na hipótese de cometimento de alguma das infrações administrativas dispostas no art. 155 por parte do CONTRATADO, serão aplicadas as sanções administrativas previstas no art. 156, obedecidos os preceitos do art. 157 ao 163 da Lei nº 14.133/2021.

13. BRIEFING

O Briefing tem como objetivo orientar as agências de propaganda para o desenvolvimento de um Plano de Comunicação, campanha simulada, que compõe a presente licitação.

13.1 Briefing para a elaboração do Plano de Comunicação (Proposta Técnica).

O Briefing tem como objetivo orientar as agências de propaganda para o desenvolvimento de um Plano de Comunicação, campanha simulada, que compõe a presente licitação.

Mandirituba está localizada na Região Metropolitana de Curitiba, distante a aproximadamente 43 km da Capital, servida por duas rodovias: BR-116 e BR-101. Tem população de 27.439 habitantes de acordo com o Censo IBGE 2022.

Mandirituba é uma cidade com excelentes opções de turismo, religioso e/ou rural, a partir da sua localização privilegiada, perto da Capital com acesso muito fácil, razão pela qual a Prefeitura quer promover o turismo local, aproveitando-se do grande crescimento do chamado “turismo bate-volta”, inserindo-se no menu de atrações de diversão para uma vasta gama de pessoas que compõe a RM Curitiba e que procuram por lazer e diversão em locais próximos, especialmente nos finais de semana e feriados.

A intenção é gerar fluxo de visitantes e com isso ajudar no crescimento local, expondo as atrações que a cidade propicia para um público que, mesmo por um curto período, irá conhecer e certamente valorizar a identidade local. Isso fortalece a imagem e o reconhecimento da cidade. Embora o turista realize uma visita curta, a experiência positiva pode despertar o interesse por futuros retornos, considerando que as atrações de Mandirituba são interessantes nas mais diversas estações do ano.

No turismo religioso destacam-se Igrejas de rara beleza e um mosteiro para devotos e apreciadores de artes sacras. O Mosteiro do Encontro abriga Monjas Beneditinas que vivem a vocação em silêncio e reflexão. A capela instalada no local chama a atenção pela sua rara beleza. Outra atração é a Igreja de Santo Antônio, considerada patrimônio histórico e cultural do município, localizada na localidade de Quatro Pinheiros, que se transformou em atração turística pelas suas conhecidas romarias.

No turismo rural Mandirituba tem atrações que enchem os olhos: campos e cachoeiras convidam os visitantes para trilhas, cavalgadas e pescaria. Visitas a propriedades rurais, onde é possível comprar produtos orgânicos. E as plantações de camomila e locais de produção de mel que deixam o roteiro ainda mais interessante e saboroso.

A natureza oferece cachoeiras de tirar o fôlego, como a Cachoeira da Rocinha, com verde exuberante e água transparente que forma uma reconfortante piscina natural. Também a linsida Cachoeira do Guapiara, de fácil acesso pertinho do centro, e as Corredeiras do Espigão das Antas, para nadar, pescar ou simplesmente contemplar.

Além de ser um lugar onde naturalmente se vivencia a paz do corpo e do espírito, Mandirituba oferece também, como atrações únicas e diferenciadas, as culturas da Camomila e do Mel.

Aliás o nome da cidade, Mandirituba, é proveniente de um vocábulo indígena que significa "lugar onde há muitas abelhas", colmeal. Do tupi manduri e tyba, abundância, grande quantidade. Honrando seu próprio nome a cidade se destaca pelo mel de qualidade diferenciada, produzida por abelhas Manduri, sem ferrão. As pessoas terão a experiência de conhecer o cultivo da abelha nativa, sem ferrão, a meliponicultura, que é o nome que se dá à criação dessas abelhas nativas. A produção se realiza em perfeito equilíbrio com a natureza, sendo que os ninhos são feitos com caixas rústicas de madeira e em vários tamanhos. Cabe ressaltar que a Associação de Meliponicultores de Mandirituba foi a primeira entidade paranaense a conseguir a certificação do Serviço de Inspeção Federal (S.I.F). Com o selo, a associação tem o aval para comercializar os produtos em todo o Brasil.

Na cultura da camomila Mandirituba se destaca por ser referência nacional, sendo por isso reconhecida como a “Capital Nacional da Camomila”. É a maior produção latino-americana, da erva medicinal mais consumida no Brasil e conhecida pelas suas propriedades relaxantes. Mandirituba é detentora do Selo de Indicação Geográfica, concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, que atesta a qualidade e a tradição da camomila de Mandirituba. O turista poderá conhecer e maravilhar-se pelos lindos campos, com uma área cultivada de 875 hectares.

Além dos passeios encantadores os turistas poderão saborear e comprar produtos orgânicos de alta qualidade, típicos de Mandirituba, dentre eles o mel e os diversos itens oriundos da camomila, como óleo essencial e chás, entre outros.

Mandirituba oferece também boas opções de hotéis e pousadas rurais.

13.2 Desafio de comunicação

As Licitantes deverão apresentar um plano de comunicação, com campanha simulada, tendo como objetivo a atração de turistas, em especial o turista do conceito denominado “bate e volta” (típico de feriados e finais de semana).

13.3 Praça

A campanha deverá ser veiculada objetivando atingir a toda a região metropolitana, em especial a cidade de Curitiba.

13.4 Público-alvo

Adultos (famílias e solteiros) que possam ter seu interesse despertado para o turismo de feriados e ou final de semana, nas proximidades de Curitiba (Mandirituba), que gostem de turismo de natureza, turismo religioso, turismo rural, onde as atrações de Mandirituba, inseridas no briefing, possam ser motivadoras.

13.5 Período

A campanha deverá ser veiculada num período de 30 dias (1 mês).

13.6 Verba


Para o exercício as Licitantes deverão utilizar o valor máximo de R\$ 350.000,00 para veiculação e produção.

13.7 Recursos Próprios

As Licitantes poderão se utilizar dos recursos próprios de comunicação da prefeitura: site e redes sociais. Para efeito da campanha simulada o direcionamento das pessoas para mais informações, no ambiente online, deverá ser para <https://mandirituba.pr.gov.br/turismo>.

 **SIGNATÁRIO**
Assinado eletronicamente por
Leticia Almeida Branco
Data: 16/04/2026 13:36
#2c06813739b111f1bb8342010a2b6020

Leticia Almeida Branco
CPF nº 088.***.*** - 09
matricula 4450

 **SIGNATÁRIO**
Assinado eletronicamente por
Cristiane Mohr
Data: 16/04/2026 13:29
#2c0f3aad39b111f1bb8342010a2b6020

Cristiane Mohr
CPF nº 923.***.*** - 53
matricula 4522

De Acordo:

 **SIGNATÁRIO**
Assinado eletronicamente por
Diego Vitorio Carvalho
Data: 16/04/2026 14:01
#2c17b7e839b111f1bb8342010a2b6020

DIEGO VITORIO CARVALHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO
MATRÍCULA 4543

Mandirituba, 16 de abril de 2026.